06/07/2015

APEOESP

71

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à CNTE e CUT

Conselho Estadual de Representantes avalia a greve e define mobilização

Reunido no dia 4 de julho, sábado, o Conselho Estadual de Representantes (CER) fez uma avaliação da greve, analisou a atual conjuntura, a situação da reposição de aulas e apontou perspectivas para a campanha salarial e educacional dos professores estaduais. Uma publicação da entidade trará as diversas análises produzidas pelas correntes de opinião com representação no CER.

O Conselho considerou que a greve, suas decorrências e a forma como o Governo Estadual tratou e vem tratando o movimento estão inseridas num contexto geral de avanço de forças políticas conservadoras, aliadas ao fundamentalismo religioso de alguns ramos da Igreja Católica e de Igrejas neopentecostais, com graves reflexos na pauta do Congresso Nacional e no cotidiano dos brasileiros (veja mais adiante).

Nossa greve foi tratada com extrema dureza pelo Governo Estadual, que mede forças com o Sindicato e, na prática, nega o direito de greve aos professores. Esta postura tem sido favorecida pelo papel de grandes meios de comunicação que continuam a proteger e a "blindar" o Governo Alckmin, ao mesmo tempo em que fazem pesadas críticas ao nosso movimento. Durante a greve e depois dela, entretanto, essa blindagem se tornou mais frágil (veja mais à frente).

A intransigência do Governo continua. Conseguimos inserir o Conselho de Escola como a instância responsável pelos planos de reposição de aulas, mas os professores vem enfrentando muitas dificuldades para conseguir repor os dias da greve.

Reposição de aulas

A vitória que obtivemos no Supremo Tribunal Federal, com a liminar concedida pelo Presidente Ricardo Lewandowski, estabelece uma nova situação para a reposição de aulas, tendo em vista que o Estado terá que pagar os dias parados em 48 horas, tornando necessária a reposição de todas as aulas.

O Governo Estadual ainda poderá recorrer ao pleno do STF, mas o judiciário está em recesso. A partir de um parecer jurídico, o CER avaliou que dificilmente o Presidente em exercício, Celso de Melo, dará ao Governo uma decisão que contrarie a decisão de Lewandowski. O Tribunal de Justiça de São Paulo, outra instância à qual o Estado poderá recorrer, também se encontra em recesso e qualquer decisão só poderá ser tomada a partir do final de julho. É preciso lembrar, contudo, que a matéria já foi votada pelo Órgão Especial, tendo sido a votação favorável ao pagamento dos dias parados por 17 a 6. O não cumprimento da decisão pode acarretar processo por crime de responsabilidade.

A APEOESP já solicitou desde a semana passada reunião com o Secretário da Educação para discutir os problemas que vem ocorrendo em todo o estado. Por solicitação do próprio Secretário, enviamos um relatório com todos os casos que nos chegaram ao conhecimento e estamos cobrando respostas. O CER tomou conhecimento de vários desses relatos, entre os quais se destacam escolas que não reúnem seus Conselhos, outras nas quais os supervisores não respeitam os planos de reposição aprovados nos Conselhos; há muitos casos em que diretores e supervisores impedem a reposição de aulas que foram ministradas por eventuais, mesmo que o conteúdo do plano de ensino não tenha sido trabalhado; escolas que não divulgaram a reposição para os estudantes e pais; outras ainda que desestimulam a presença dos estudantes.

Em contrapartida, também chegam à APEOESP relatos de escolas e regiões nas quais a reposição vem se efetivando de forma pacífica.

Como dissemos anteriormente, a situação se altera com a liminar do STF, pois o Estado terá que pagar de imediato os dias da greve, fazendo com que passe a exigir a reposição de aulas, não podendo, nesse caso,

criar dificuldades para o professor repor, pois só poderá voltar a descontar o dia daqueles professores que vierem a recusar a reposição. A orientação do Sindicato é para que todos reponham, não apenas para manterem o pagamento e para que as faltas sejam retiradas dos prontuários, mas pelo nosso compromisso fundamental com a aprendizagem dos estudantes. Por isso, estamos aguardando que o Secretário agende a reunião, novamente reiterada, para que sejam estabelecidas as formas de reposição.

Nossa campanha continua

O dia primeiro de julho passou e o Governo não anunciou os índices de reajuste salarial, como havia prometido. Também não enviou os projetos de lei que alteram a forma de contratação dos professores da categoria O e asseguram o atendimento médico desses professores pelo IAMSPE. Por isso, a campanha salarial e educacional continua, não apenas em relação a este ponto, mas aos demais pontos da pauta que não foram atendidos.

A máscara do Governo caiu

Para corroborar nossa reivindicação salarial, demonstrando a justeza de nossa greve, o jornal Folha de S. Paulo publicou nesta segunda-feira, 05 de julho, extensa reportagem sob o título "Alckmin inflou dado sobre salário de professor em SP" demonstrando de forma clara que não houve reajuste de 45% em quatro anos.

De acordo com o jornal, descontando-se a inflação e a incorporação das gratificações, houve aumento de apenas 12,3%, que sequer recuperam as perdas do passado. Nos nossos cálculos esse aumento foi de somente 1,2%. A diferença deve-se ao fato de que Folha usou para medir a inflação o menor dos índices, o IPC-Fipe.

Esta reportagem nos fortalece para continuar exigindo do Governo que apresente a proposta salarial e atenda nossa reivindicação, qual seja, um plano de composição salarial para o cumprimento da meta 17 do PNE, que determina a equiparação de nossos salários com a média salarial dos demais profissionais com formação equivalente (ou seja, com nível superior completo). No estado de São Paulo isto significa um índice de 75,33%, que deve ser parcelado. Estudo apresentado pelo próprio Governo Estadual no TJSP indica um reajuste anual de 8% até 2020, que está dentro dos parâmetros do que vem sendo concedido para outras categorias do funcionalismo e empresas públicas.

Ampliar o movimento com pais, estudantes e outros segmentos sociais

Durante a greve, obtivemos apoio importante dos pais e dos estudantes, porque nossa pauta de reivindicações vai além das questões corporativas da nossa categoria. Lutamos pela melhoria das condições estruturais das escolas; pela melhoria das condições de trabalho dos professores e de aprendizagem dos estudantes; pelo desmembramento das classes, na perspectiva de um máximo de 25 estudantes por classe; e outras questões que dizem respeito à qualidade do ensino.

Um passo neste sentido foi o II Encontro de Conselheiros e Conselheiras de Escola, realizado também no dia 4 após a reunião do CER, reunindo professores, estudantes e pais que participam dos Conselhos de Escola. Houve palestras, seguidas de debate, sobre gestão democrática, Conselhos de Escola, articulação entre os segmentos escolares e também discussões relativas à reposição de aulas.

Por um perfil de ensino médio que atenda aos interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora

Tendo em vista a urgência da melhoria da qualidade do ensino e sua importância para a juventude, temos que construir um posicionamento firme e qualificado em relação à necessidade de um perfil de ensino médio que atenda aos interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora e contra a reforma do ensino médio anunciada pelo Secretário da Educação, que pretende implementar o *"currículo a la carte"*, no qual o estudante escolherá todas as disciplinas que quer cursar. Isto rebaixará a qualidade do ensino e certamente causará desemprego em diversas disciplinas.

Devemos discutir a questão do ensino médio num contexto mais geral da qualidade da educação que queremos. Desta forma, a APEOESP solicitará a antecipação da dispensa de ponto que estava prevista para o final do ano, quando seria realizada a Conferência Estadual de Educação, para que possamos debater diretrizes para a formação dos professores , de forma articulada com o debate das diretrizes curriculares nacional da educação básica e de cada um de seus níveis, especialmente o ensino médio. Assim como no ano 2000 derrotamos a reforma do ensino médio pretendida pela então Secretária Rose Neubauer, vamos agora derrotar a reforma do ensino médio que o Secretário Herman quer nos impor.

Lutar contra a onda conservadora para defender nossos direitos

A onda conservadora que vemos hoje no país repercute diretamente na educação, quando grupos

se articulam e conseguem retirar dos textos do Plano Estadual e dos Planos Municipais de Educação referências e medidas destinadas a resguardar os direitos relacionados com a questão de gênero e diversidade sexual que já constam no Plano Nacional de Educação. Isto é gravíssimo, representa um inaceitável retrocesso e merece de todos nós, educadores e educadoras uma ação ativa para reverter esse quadro. Isto passa pelos municípios onde ainda não foi votado o Plano Municipal de Educação e, sobretudo, no âmbito estadual, por uma luta muito forte para que seja recomposto o texto do Plano Estadual de Educação formulado pelo Fórum Estadual de Educação, formado por 73 entidades, entre elas a APEOESP.

O CER também aprovou uma moção de repúdio (anexa) a diversas atitudes machistas que vem ocorrendo, atingindo mulheres em todos os espaços sociais, inclusive na educação e no meio sindical e até mesmo a Presidenta da República, vítima de adesivos ofensivos e sexistas.

Também vamos nos posicionar contra a proposta do "Estatuto da Família", que só considera família aquela composta por um núcleo composto por um homem e uma mulher e proíbe a adoção de crianças por casais homoafetivos.

Contra a terceirização

O CER aprovou a continuidade da nossa luta contra a ampliação da terceirização, prevista no PL 4330, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e remetido para o Senado. Vamos nos manter mobilizados e participar de todas as atividades que visam barrar esse projeto, pois ele poderá representar, no futuro, também a ampliação da terceirização nas escolas e demais áreas do serviço público, onde essa forma de contratação atinge alguns serviços.

Professor defende Educação, não opressão. Contra a redução da maioridade penal

Depois de impor por meio de uma votação irregular um arremedo de reforma política que manteve o financiamento empresarial de campanhas eleitorais, o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, volta a desrespeitar a regimento da Câmara e a própria Constituição ao colocar em votação e aprovar, de forma irregular, a redução da maioridade penal. Os movimentos sociais mobilizaram-se (a APEOESP enviou um ônibus a Brasília), impedindo no dia anterior que o tema conseguisse quórum para aprovação.

O projeto de redução da maioridade penal passará por um segundo turno de votação e seguirá para o Senado. A OAB e outras entidades poderão ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal, por entender que a redução da maioridade penal fere direitos que fazem parte das cláusulas pétreas da Constituição Federal. Nós, educadores e educadoras, não podemos ficar alheios a essa questão, pois sabemos que a educação pública de qualidade, aliada à cultura e outras oportunidades de formação de crianças e jovens podem tirá-las do rumo da criminalidade e da sua manipulação pelo crime organizado.

O Conselho Estadual de Representantes entende que nós, professores, não podemos ser favoráveis ao encarceramento de nossa juventude, que precisa de educação e cultura e não de mais opressão. Por isso, aprovou uma campanha que tem como lema "Professor defende Educação, não opressão" e que desenvolverá diversas atividades para unir professores e estudantes das escolas públicas na defesa de um futuro melhor para nossos jovens, reivindicando do Estado que assegure o acesso a ensino de qualidade, atividades culturais e outros projetos que contribuam para a formação da cidadania. Também será publicada uma cartilha sobre o tema com informações, orientações e questões para reflexão.

Além disso, a APEOESP participará das atividades que ocorrerão no dia 13 de julho, por ocasião dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, também colaborando para esclarecer professores, estudantes e população em geral sobre as medidas socioeducativas previstas no ECA, que de forma alguma incentiva a impunidade de jovens infratores, mas coloca as punições na perspectiva correta da educação e da formação. O que ocorre é que o ECA não vem sendo implementado de forma efetiva e correta pelos diversos entes federados.

Outras lutas

A APEOESP vai continuar engajada na luta contra os ajustes fiscais promovidos pelo Governo Federal e por diversos governos estaduais, como no caso de São Paulo, e algumas prefeituras, que restringem e retiram direitos dos trabalhadores e da população. A APEOESP também debaterá a desmilitarização das polícias. Também se posicionará publicamente contra o projeto do Senador José Serra, que altera o regime de partilha na exploração do pré-sal, que incidirá diretamente na redução das verbas para a educação, tendo em vista a legislação que destina 50% desses recursos para o setor.

Nota de repúdio aos ataques sexistas contra as mulheres

O Conselho Estadual de Representantes da APEOESP, reunido em 04 de julho de 2015, vem a público expressar o veemente repúdio das professoras e dos professores estaduais de São Paulo aos ataques sexistas contra as mulheres brasileiras, especialmente, neste momento, aos adesivos ofensivos à Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Infelizmente as ofensas contras as mulheres são recorrentes em nosso país e ocorrem em praticamente todos os ambientes sociais. Hoje, são reproduzidas em larga escala por meio das redes sociais. É preciso que toda a sociedade rejeite a atue contra atitudes misóginas que não raras vezes se transformam em agressões físicas e morais contra as mulheres.

Não podemos nos calar! Como educadoras e educadores, nosso papel é fundamental no sentido de trabalhar com nossas crianças e jovens para que incorporem valores éticos como o respeito ao outro e a convivência democrática, rejeitando toda forma de preconceito e discriminação.

Também no nosso meio o machismo está presente. Precisamos desenvolver entre nós ações formativas que promovam uma relação sempre respeitosa e construtiva, que não admita qualquer tipo de agressão ou ofensa às mulheres ou a qualquer pessoa.

São Paulo, 04 de julho de 2015.

Conselho Estadual de Representantes da APEOESP